

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 25/09/2014 - Edição 1131

Correios não precisam instalar equipamentos de segurança em agência



Os Correios não são uma instituição financeira e, por isso, não precisam seguir as exigências de lei sobre segurança para estabelecimentos financeiros. Esse foi o entendimento da juíza Adelina Maria do Prado Ferreira, da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Campinas) ao conceder liminar liberando a empresa de instalar equipamentos de segurança e contratar vigilantes em agências postais na região de Bauru (SP).

Após a 4ª Vara do Trabalho de Bauru ter determinado a imediata implementação de medidas de segurança nas agências que oferecem serviços de “banco postal”, os Correios interpuseram ação cautelar para suspender a decisão.

Além de argumentar que

não precisa seguir as normas de segurança de instituições financeiras, os Correios afirmaram que a implementação imediata das medidas de segurança, como a contratação de vigilância armada e instalação de porta giratória, implicaria em custos muito elevados, com risco de inviabilizar a disponibilização do serviço ao público.

A relatora aceitou o pedido dos Correios, apontando dúvida em relação à aplicação dos dispositivos da Lei 7.102/1983, “uma vez que não detém o perfil das instituições financeiras elencadas pela normas”. Além disso, ela entendeu que o cumprimento das obrigações de segurança poderia prejudicar a estatal.

Decisão do STJ

Ao julgar caso parecido, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques avaliou que o exercício de determinadas atividades de natureza bancária não tem, por si só, capacidade de sujeitar uma empresa às regras de segurança prevista na Lei 7.102/1983.

Em decisão liminar, o ministro suspendeu a determinação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que havia determinado que os Correios instalassem nas agências com Banco Postal equipamentos de segurança exigidos pela Lei 7.102, em um prazo de 180 dias, sob pena de multa diária.

Fonte: Consultor Jurídico

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV-PS) lamenta esta decisão. Apesar de não se tratar de uma instituição financeira, os Correios realizam atividades como o Banco Postal. Por isto, e por defender a vida, a CNTV entende como mais acertado a aplicação da Lei 7.102/83 também nestes casos, pois funcionários, vigilantes e clientes têm morrido por falta de segurança.

Fonte: CNTV

Contracs lança campanha de mobilização pela igualdade de direitos das trabalhadoras/es domésticas/os

PELA EQUIPARAÇÃO DE DIREITOS E



Aprovada em abril de 2013, a Emenda Constitucional 72 igualou os direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os aos demais trabalhadores brasileiros. Esta seria uma grande conquista para a categoria, se não dependesse da regulamentação dos direitos estabelecidos. Desde então, a categoria espera ansiosamente pela efetiva conquista dos direitos.

No entanto, a Comissão Especial para a regulamentação da profissão das domésticas, que está sob o comando do Senador Romero Jucá, tem proposto verdadeiros ataques aos direitos conquistados, desfazendo dos sonhos de mais de seis milhões de trabalhadoras. Colocando-se de forma intransigente, o senador já afirmou que não alterará o texto proposto e sequer aceitará as sugestões feitas pelos outros parlamentares, inclusive da incansável defensora da categoria, a deputada Benedita da Silva.

Diante de tal cenário, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e

Serviços da CUT (Contracs/CUT) juntamente com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e os sindicatos das trabalhadoras domésticas realizam a campanha de sensibilização e mobilização pela igualdade de direitos.

A campanha Direito não se reduz, se amplia - Pela igualdade de direitos e contra o retrocesso! se coloca contra o banco de horas para a categoria e reivindica direitos consagrados aos

demais trabalhadores/as, tais como a organização sindical e o respeito à negociação coletiva.

A Contracs propõe um diálogo com a sociedade e com os parlamentares com o objetivo de garantir a aprovação e aceitação da Emenda Global proposta pela deputada Benedita da Silva e pela melhor regulamentação possível dos direitos. Para tanto, a confederação também tem colhido assinaturas em uma petição online contra a proposta do senador Romero Jucá.

A campanha, composta por cartaz, folder e praguinha, se fará presente em todo o País e de forma massiva para que todos se mobilizem pela efetiva garantia e equiparação de direitos e contra o retrocesso. Afinal, direito não se reduz, se amplia.

Os sindicatos de trabalhadoras domésticas filiados à Contracs receberão o material pelo correio. As demais entidades que quiserem aderir à campanha podem reproduzir os materiais que estão em nosso site.

Fonte: CUT



7,5 milhões de pessoas querem reforma política

Apesar de ignorado pelos grandes meios de comunicação, a campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político conseguiu arrecadar exatos 7.754.436 milhões de votos em urnas fixas espalhadas por todo o país e por meio da internet. Desses, 97,05% (7.525.680) foram favoráveis à convocação da consulta.

O balanço foi divulgado em coletiva na sede do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, na tarde desta quarta-feira (24), e representa 95% das urnas apuradas. A expectativa é que o número total seja apresentado até o próximo mês.

Os estados de São Paulo (2.617.703 votos), Minas Gerais (1.354.399) e Bahia (774.218) lideraram a participação, que contou também com eleitores em outros países, quesito em que a França lidera (4.621). Os votos brancos e nulos somam 0,37% (28.691).

Presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, lembrou a relevância dos números num cenário em que a parcela conservadora da sociedade brasileira vende como negativa a participação na política.

“O plebiscito popular teve o caráter educativo de mostrar que há pessoas querendo modificações no sistema político. Esse é o momento para as organizações que ainda não participaram se engajem na luta”, defendeu.

Manifestação em Brasília

As organizações que integram a campanha entregarão o resultado das urnas para a Presidência da República, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal nos dias 14 e 15 de outubro, quando as 477 envolvidas na ação promoverão um ato unificado em Brasília.

Vagner destacou a importância de números expressivos para pressionar o Legislativo a convocar

um plebiscito oficial. Ele lembrou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que depende de 172 assinaturas, o equivalente a um terço da Câmara, para ir ao plenário. A proposta é encabeçada pelos deputados federais Renato Simões (PT-SP) e Luiza Erundina (PSB-SP).

No Brasil, ao contrário de outros países, uma consulta popular oficial é submetida ao Congresso. “A única forma de fazer a proposta andar é pressionar por dentro e fora do Congresso e, principalmente, nas ruas como forma de ganhar a consciência popular”, definiu o dirigente.

Movimentos divulgam balanço do plebiscito e entregarão resultado da votação ao Executivo, Legislativo e Judiciário, nos dias 14 e 15 de outubro

Para o diretor Executivo da CUT, Júlio Turra a ideia de que não dá para fazer uma reforma política com os parlamentares do atual Congresso é o que unifica os movimentos.

“Como é que vai fazer a reforma agrária com mais de 160 ruralistas no Congresso Nacional? Quando serão aprovadas as 40 horas semanais de trabalho com mais de 270 empresários no Congresso Nacional? Quando o aborto será descriminalizado com menos de 10% de mulheres no Congresso Nacional?”, criticou.

Expectativa e mídia

Membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues, acredita que, mesmo mudando alguns nomes, o Congresso

na próxima legislatura permanece definido por “oito ou 10 empresas que montam sua bancada de acordo com seus interesses.”

“O resultado do plebiscito demonstra que há apoio popular para a Constituinte Exclusiva e devemos aproveitar para envolver a juventude no debate sobre os rumos do país”, defendeu.

Representante da Consulta Popular, Paola Estrada também lembrou que a mobilização nos estados conseguiu superar a ausência da mobilização na mídia, que não repercutiu as ações nem mesmo quando os candidatos à presidência da República, Luciana Genro (PSOL), Marina Silva (PSB) e Pastor Everaldo (PSC) participaram ou quando a presidenta Dilma Rousseff declarou apoio à iniciativa.

“O silêncio da mídia foi avassalador, ainda que tenhamos tido muita luta nas ruas e atuação nas redes sociais. O que prova que ela não é tão democrática. E nossa bandeira é justamente aprofundar a democracia brasileira.”

Histórico

A proposta de construção do plebiscito para debater o sistema político é um dos resultados das manifestações de junho e julho do ano passado, que sacudiram o Brasil.

O tema do Plebiscito apresenta questões relacionadas ao sistema político, como o financiamento público de campanhas, a subrepresentação das mulheres, indígenas e negros no parlamento e a importância do fortalecimento de mecanismos de democracia, como a participação em conselhos e a construção de referendos e plebiscitos, que permitam ao povo participar das decisões políticas de forma efetiva.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF